



**Estado de Goiás**  
**Prefeitura Municipal de Ipameri**  
**Poder Executivo**

**LEI MUNICIPAL Nº.: 3.578/2023, DE 17 DE JULHO DE 2023.**

Cria o Conselho Municipal dos Direitos da  
Mulher – CMDM, e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE IPAMERI, ESTADO DE GOIÁS**, aprova e eu  
sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), com o objetivo de promover a igualdade de gênero, combater a discriminação e a violência contra as mulheres, e assegurar seus direitos e dignidade no âmbito do município de Ipameri-GO.

**Art. 2º** - O CMDM será um órgão colegiado de caráter permanente, deliberativo, consultivo, fiscalizador e formulador de políticas públicas para a promoção dos direitos das mulheres.

**Art. 3º** - Compete ao CMDM:

- a) elaborar diretrizes e propor políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero, visando à promoção dos direitos da mulher no município;
- b) acompanhar e avaliar a implementação das políticas públicas para as mulheres, propondo medidas corretivas e aprimoramentos necessários;
- c) receber denúncias de violência e discriminação contra mulheres, encaminhando-as aos órgãos competentes e acompanhando seu desfecho;
- d) promover a conscientização e a formação da sociedade sobre a importância da igualdade de gênero, por meio de campanhas, seminários, palestras e outras ações educativas;
- e) estabelecer parcerias com entidades da sociedade civil, organismos internacionais, instituições de ensino e demais órgãos governamentais para a implementação de ações em prol dos direitos da mulher;
- f) realizar estudos e pesquisas sobre a situação das mulheres no município, visando embasar a formulação de políticas públicas eficazes;



**Estado de Goiás**  
**Prefeitura Municipal de Ipameri**  
**Poder Executivo**

---

**g)** promover a articulação entre os diversos órgãos municipais para a integração das políticas públicas voltadas às mulheres;

**h)** emitir pareceres e recomendações sobre propostas de políticas públicas e projetos de lei relacionados aos direitos da mulher.

**Art. 4º - Composição do CMDM:**

**a)** o CMDM será composto por representantes do Poder Público e da sociedade civil, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução;

**b)** o CMDM será composto por 05 (cinco) representantes do Poder Executivo Municipal e 05 (cinco) representantes de entidades da sociedade civil.

**c)** a representação da sociedade civil deve ser ampla e diversificada, assegurando a participação de organizações feministas, entidades de defesa dos direitos das mulheres, grupos étnico-raciais, pessoas com deficiência, entre outros segmentos;

**d)** o CMDM contará com uma presidente, vice-presidente, 1ª e 2ª secretárias a serem eleitas entre seus membros, que terão a responsabilidade de coordenar as atividades e representar o conselho.

**Art. 5º -** O CMDM reunir-se-á por convocação de sua presidente, ordinariamente, mensalmente, e extraordinariamente ou por 06 (seis) membros titulares.

**Art. 6º -** As reuniões ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, ressalvadas as situações de excepcionalidade, deverão ser convocadas com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

**Art. 7º -** O CMDM poderá criar comissões temáticas e grupos de trabalho, de caráter temporário, para subsidiar suas atividades e aprofundar o debate sobre questões específicas relacionadas aos direitos da mulher.

**Art. 8º -** A participação nas atividades do CMDM, das comissões temáticas será considerada função relevante e não será remunerada.



**Estado de Goiás**  
**Prefeitura Municipal de Ipameri**  
**Poder Executivo**

---

**Art. 9º** - O Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher definirá a estrutura, o funcionamento as atribuições da diretoria, bem como a periodicidade e publicidade de suas reuniões e mandato dos(as) conselheiros(as).

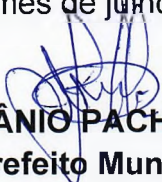
**Art. 10** - O CMDM formalizará suas deliberações por meio de resoluções.

**Art. 11** - O Poder Executivo Municipal deverá destinar recursos financeiros, humanos e materiais necessários para o funcionamento efetivo do CMDM.

**Art. 12** - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 13** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IPAMERI, ESTADO DE GOIÁS**, aos 17 (dezessete) dias do mês de julho de 2023.

  
**JÂNIO PACHECO**  
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o referido documento,  
nesta data, foi fixado e publicado no placar  
de costume da Câmara Municipal de Ipameri  
Ipameri-GO, 17 de Jul de 2023  
  
Assinatura  
**Hugo Walter Carneiro**  
Analista Legislativo